

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO
2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO
Rubens Antônio dos Santos	Diretor-Presidente
Antônio Honório Vieira	Diretor Operacional
Hélio José dos Santos	Diretor Administrativo
Sérgio dos Santos Calazans	Conselheiro
Roberto Silveira	Conselheiro
Jeferson Severo Soares	Conselheira

CONSELHO FISCAL

NOME	CARGO
Paulo dos Santos	Conselheiro Efetivo
Mike Leitão Sanguinetti	Conselheiro Efetivo
Expedito Jorge Tavares de Souza	Conselheiro Efetivo
Maurício Siqueira Fagundes	Conselheiro Suplente
Paulo Roberto Soares	Conselheiro Suplente
Suely Viana Pereira	Conselheiro Suplente

QUADRO FUNCIONAL

NOME	CARGO
Suzana Rodrigues de Souza	Gerente Geral
Alexsandro Gonçalves Firmino	Gerente
Josilene Nunes Silva	Analista Administrativo

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No dia 23/08/2021, tive o privilégio de tomar posse como Presidente da CredFederal, da qual fui sócio fundador e sempre atuei no apoio direto como Diretor ao lado dos Presidentes anteriores, Luiz José Couto Carril e Roberto Silveira. Agradeço a confiança que me foi dada em assumir uma cooperativa sólida e que tem como objetivo o crescimento contínuo.

No Cooperativismo as conquistas são frutos do trabalho conjunto dos associados, esta com certeza têm sido a receita de sucesso que nos guiou nestes 25 anos de existência.

Estamos vivendo uma era de grandes transformações. É preciso estar atento às novidades que emergem em nosso campo de atuação, por isso, precisamos ter um olhar diferenciado para a área tecnológica.

A tecnologia, a internet e a realidade virtual permitem a criação de experiências interativas e eficazes. Mas como cooperativa, teremos o cuidado com nossos associados para que possamos navegar juntos nesta transformação, sem perder o que mais prezamos: o relacionamento humano.

Sabemos que para alcançarmos todos os projetos para os próximos anos precisamos trabalhar em conjunto, por isso convoco todos os nossos associados que convide o seu colega de setor para fazer parte da nossa cooperativa.

Cooperativismo é uma reunião, daqueles que dizem como se faz e se unem para fazer.

Vila Velha/ES 28 de Abril de 2022.

Rubens Antônio dos Santos
Diretor-Presidente

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S^{as} as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da Cooperativa de Crédito Mutuo dos Policiais Federais e Servidores da União no Espírito Santo – CredFederal, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site (www.credfederal.coop.br).

1) Política Operacional

Em 2021, a Credfederal completou 25 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde 2020, a economia mundial vem sendo impactada negativamente pela propagação do Coronavírus, em diversas variantes (Alfa, Beta, Gamma, Delta, Ômicron), e, até os dias atuais a doença respiratória ocasionada pelo Covid-19 ainda encontra-se elevada ao nível de pandemia pela OMS. A Credfederal adotou diversas medidas preventivas, recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança de seus colaboradores, associados e a sociedade. Ao mesmo tempo, a Credfederal tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, sempre preparada para continuar atendendo as demandas de seus associados.

2) Nosso Desempenho

	Dez/2021 (R\$)	Dez/2020 (R\$)
Quadro Social	412	413
Patrimônio de Referência (PR)	4.824.397,19	4.724.341,38
Patrimônio Líquido	4.827.129,55	4.727.697,08
Índice de liquidez	39,33 (risco baixo)	33,56 % (risco médio)
Total operações de crédito (empréstimos/ch. especial/ADP)	11.022.678,97	11.099.097,28
Valor utilizado em ADP	1,40	24.924,62
Aplicações (depósito a prazo/prazo novo)	8.285.393,23	7.771.953,24
Valor total do Capital Social	4.388.995,79	4.002.016,14
Resultado/Sobra bruta	352.537,63	664.057,19
Remuneração de juros ao Capital	178.308,94	108.615,95
Valor total do FATES	116.019,57	111.440,51
Reserva Legal	298.750,81	281.327,94
Sobra Líquida	139.382,95	444.353,00

3) Política de Crédito

As concessões de crédito obedecem à prévia análise do provável tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682.

4) Pessoas

Contávamos com 03 colaboradores no final do exercício de 2021.

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos associados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções.

Cabe ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito em assembleia geral de associados, as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos e é auditada pela Audiconsult Auditores S/S, empresa especializada em auditoria interna de instituições financeiras e, apta a atuar no desenvolvimento de trabalhos de auditoria em Cooperativas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, da empresa D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos de Administração e Fiscal sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil.

Além do Estatuto Social, a Cooperativa instituiu regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Em 23 de agosto de 2021, tomaram posse os novos Conselheiros de Administração, eleitos na AGO/2021, onde o Sr. Roberto Silveira, então Diretor Presidente, passou seu cargo para o Sr. Rubens Antonio dos Santos.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração.

Como representante dos interesses dos associados sua responsabilidade é verificar, de forma sistemática, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os Conselheiros, empresas terceirizadas e integrantes da equipe da CredFederal aderiram ao Código de Ética e de Conduta Profissional da Cooperativa.

8) Sistema de Ouvidoria

A Credfederal, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria.

No exercício de 2021, a Ouvidoria da Cooperativa não registrou nenhuma demanda.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa, aos Conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores e prestadores de serviços pela dedicação.

10) Declaração de Responsabilidade

Na qualidade de administradores da Cooperativa, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das Demonstrações Contábeis e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Vila Velha/ES, 28 de abril de 2022.

Conselho de Administração e Diretores

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compostas da Demonstração Contábil e Demonstração do Resultado do Exercício.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUA DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO - CREFEDERAL			
CNPJ: 02.083.914/0001-99			
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020			
(Em Reais)			
<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Caixa e Equivalentes a Caixa	4	<u>3.742.806,99</u>	<u>2.836.678,70</u>
Disponibilidades		15.272,10	20.011,53
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros		<u>3.727.534,89</u>	<u>2.816.667,17</u>
Derivativos			
Carteira Própria	5	3.728.153,27	2.817.279,30
(-) Provisões para Desvalorizações	5.c	(618,38)	(612,13)
Operações de Crédito		<u>2.887.253,96</u>	<u>3.231.759,57</u>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		<u>2.995.808,15</u>	<u>3.300.952,09</u>
Operações de Crédito	6	2.995.808,15	3.300.952,09
(-) Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		<u>(108.554,19)</u>	<u>(69.192,52)</u>
(-) Provisão para Operações de Créditos	6	(108.554,19)	(69.192,52)
Outros Créditos		<u>87.436,53</u>	<u>88.204,58</u>
Diversos	7	87.436,53	88.204,58
Outros Valores e Bens		<u>1.750,00</u>	<u>-</u>
Despesas Antecipadas	8	1.750,00	-
Total do Ativo Circulante		<u>6.719.247,48</u>	<u>6.156.642,85</u>
Não Circulante			
Realizável a Longo a Prazo		<u>7.665.284,36</u>	<u>7.471.845,17</u>
Operações de Crédito		<u>7.509.277,25</u>	<u>7.316.698,00</u>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		<u>7.693.192,77</u>	<u>7.465.085,95</u>
Operações de Crédito	6	7.693.192,77	7.465.085,95
(-) Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		<u>(183.915,52)</u>	<u>(148.387,95)</u>
(-) Provisão para Operações de Créditos	6	(183.915,52)	(148.387,95)
Outros Créditos		<u>156.007,11</u>	<u>155.147,17</u>
Diversos	7	201.007,11	200.147,17
(-) Provisão para Outros Créditos	7.f	(45.000,00)	(45.000,00)
Investimentos		<u>500,00</u>	<u>500,00</u>
Investimentos	9	15.257,04	15.257,04
(-) Provisão de Perda	9.c	(14.757,04)	(14.757,04)
Imobilizado de Uso		<u>32.809,13</u>	<u>40.289,89</u>
Imobilizado de Uso	10	85.831,08	85.831,08
(-) Depreciação Acumulada	10	(53.021,95)	(45.541,19)
Intangível		<u>2.232,36</u>	<u>2.855,40</u>
Ativos Intangível	11	3.115,00	3.115,00
(-) Amortização Acumulada	11	(882,64)	(259,60)
Total do Ativo Não Circulante		<u>7.700.825,85</u>	<u>7.515.490,46</u>
Total do Ativo		<u>14.420.073,33</u>	<u>13.672.133,31</u>

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO
ESPÍRITO SANTO - CREFEDERAL**

CNPJ: 02.083.914/0001-99

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante				
Depósito			8.996.013,03	8.237.522,89
Depósitos à Vista		12	710.619,80	465.569,65
Depósitos a Prazo		13	8.285.393,23	7.771.953,24
Outras Obrigações			436.797,52	552.575,22
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		14	8.107,80	6.308,69
Sociais e Estatutárias		15	267.384,24	288.305,01
Fiscais e Previdenciárias		16	19.951,44	19.448,84
Diversas		17	141.354,04	238.512,68
Total do Passivo Circulante			9.432.810,55	8.790.098,11
Não circulante				
Outras Obrigações			160.133,23	154.338,12
Diversas		17.b	160.133,23	154.338,12
Total do Passivo não Circulante			160.133,23	154.338,12
Patrimônio Líquido				
Capital Social		18	4.388.995,79	4.002.016,14
Reserva de Lucros		19	298.750,81	281.327,94
Sobras ou (Perdas) dos Semestres / Exercícios		20	139.382,95	444.353,00
Total do Patrimônio Líquido			4.827.129,55	4.727.697,08
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			14.420.073,33	13.672.133,31

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Rubens Antonio dos Santos
Diretor Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010.037/O-4

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO - CREFEDERAL

CNPJ: 02.083.914/0001-99

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e para os Semestres Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Notas	2º semestre/21	31/12/2021	2º semestre/20	31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		872.640,47	1.735.709,29	814.624,98	1.708.591,40
Operações de Crédito	23	768.536,09	1.611.089,59	800.010,66	1.659.031,90
Resultado de Operações Interfinanceiras	24	104.104,38	124.619,70	14.614,32	49.559,50
Despesas da Intermediação Financeira		(290.995,26)	(457.696,53)	(197.759,61)	(483.583,91)
Operação com Captação no Mercado	25	(217.332,04)	(375.759,16)	(181.776,29)	(364.156,34)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	26	(73.663,22)	(81.937,37)	(15.983,32)	(119.427,57)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		581.645,21	1.278.012,76	616.865,37	1.225.007,49
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(424.742,74)	(930.975,13)	(157.679,94)	(567.023,27)
Receitas de Prestação de Serviços	27	-	1.490,00	3.630,00	6.698,42
Rendas de Tarifas Bancárias	28	129,63	183,31	65,64	182,86
Despesas de Pessoal	29	(224.595,65)	(510.722,88)	(243.838,90)	(499.796,50)
Outras Despesas Administrativas	30	(191.712,28)	(413.523,11)	(196.566,53)	(351.581,76)
Despesas Tributárias	31	(7.819,36)	(10.183,41)	(1.940,76)	(4.737,46)
Outras Receitas Operacionais	32	631,18	10.105,65	288.251,09	290.045,39
Outras Despesas Operacionais	32	(1.376,26)	(8.324,69)	(7.280,48)	(7.834,22)
Resultado Operacional		156.902,47	347.037,63	459.185,43	657.984,22
Resultado não Operacional	33	2.500,00	5.500,00	3.000,00	6.072,97
Resultado antes da Provisão de Juros ao Capital		159.402,47	352.537,63	462.185,43	664.057,19
Juros ao Capital	21	(178.308,94)	(178.308,94)	(108.615,95)	(108.615,95)
Sobras (Perdas) Líquidas dos Semestres / Exercícios		(18.906,47)	174.228,69	353.569,48	555.441,24
Destinações das Sobras:		(34.845,74)	(34.845,74)	(111.088,24)	(111.088,24)
Reserva Legal		(17.422,87)	(17.422,87)	(55.544,12)	(55.544,12)
FATES - Ato Cooperativo		(17.422,87)	(17.422,87)	(55.544,12)	(55.544,12)
Sobras (Perdas) Líquidas dos Semestres / Exercícios após Destinações	20	(53.752,21)	139.382,95	242.481,24	444.353,00

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

 Rubens Antonio dos Santos
 Diretor Presidente
 Diretor Responsável pela Área Contábil

 Flávia de Souza Verdan Bruske
 Contadora
 CRC ES 010.037/O-4

APURAÇÃO DO RESULTADO

Descrição	Dez/2021 (R\$)	Dez/2020 (R\$)
(=) Sobras brutas	352.537,63	664.057,19
(-) Juros sobre o Capital Próprio (4,40% da taxa Selic)	178.308,94	108.615,95
(-) FATES – Ato Não Cooperativo	17.422,87	55.544,12
(-) Reserva Legal	17.422,87	55.544,12
(=) Sobras Líquidas	139.382,95	444.353,00

SALDO MÉDIO DAS OPERAÇÕES – 2021	VALOR	RATEIO DAS SOBRAS (%)
DEPÓSITO A VISTA	609.844,46	3,18
DEPÓSITO “PRAZO NOVO”	248.342,74	1,30
DEPÓSITO A PRAZO	7.545.891,07	39,38
EMPRÉSTIMO	10.595.911,67	55,30
CHEQUE ESPECIAL/ADP	162.011,31	0,84
TOTAL	19.162.001,25	100,00

PLANO DE METAS PARA 2022

- 1 - Buscar melhorias para o ambiente tecnológico da Cooperativa.
- 2 - Estimular o crescimento do número de associados.
- 3 - Oferecer as melhores taxas do mercado.
- 4 - Promover a capacitação dos Conselheiros, Colaboradores e Associados.
- 5 - Remunerar Juros ao Capital Social acima do rendimento da Poupança.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NOESPÍRITO SANTO - CREFDFEDERAL

CNPJ: 02.083.914/0001-99

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	<u>Capital Social</u>		<u>Reserva Legal</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01/01/2020	3.587.162,54		216.818,25	363.831,13	4.167.811,92
Integralização de Capital	687.983,73	-	-		687.983,73
Devolução de Capital	(133.355,75)	-	-		(133.355,75)
Incorporação do Juros ao Capital	303.895,82	-	-		303.895,82
Transferência conforme AGO	-	-	-	(363.831,13)	(363.831,13)
Transferência entre Contas	(443.670,20)	-	-		(443.670,20)
Transferência de Saldo de Ex-Associados	-	8.965,57	-		8.965,57
Sobras do Exercício	-	-	-	664.057,19	664.057,19
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(108.615,95)	(108.615,95)
Fundo de Reserva	-	-	55.544,12	(55.544,12)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(55.544,12)	(55.544,12)
Saldos em 31/12/2020	4.002.016,14		281.327,94	444.353,00	4.727.697,08
Mutação do Exercício	414.853,60		64.509,69	80.521,87	559.885,16
Saldos em 01/01/2021	4.002.016,14		281.327,94	444.353,00	4.727.697,08
Integralização de Capital	648.674,47	-	-		648.674,47
Devolução de Capital	(102.414,77)	-	-		(102.414,77)
Incorporação do Juros ao Capital	175.628,79	-	-		175.628,79
Transferência conforme AGO	-	-	-	(444.353,00)	(444.353,00)
Transferência entre Contas	(334.908,84)	-	-		(334.908,84)
Sobras do Exercício	-	-	-	352.537,63	352.537,63
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(178.308,94)	(178.308,94)
Fundo de Reserva	-	-	17.422,87	(17.422,87)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(17.422,87)	(17.422,87)
Saldos em 31/12/2021	4.388.995,79		298.750,81	139.382,95	4.827.129,55
Mutação do Exercício	386.979,65		17.422,87	(304.970,05)	99.432,47
Saldos em 01/07/2020	3.853.161,20		225.783,82	201.871,76	4.280.816,78
Integralização de Capital	319.602,24	-	-		319.602,24
Devolução de Capital	(100.185,15)	-	-		(100.185,15)
Incorporação do Juros ao Capital	105.682,00	-	-		105.682,00
Transferências Entre Contas	(176.244,15)	-	-		(176.244,15)
Sobras do Semestre	-	-	-	462.185,43	
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(108.615,95)	(108.615,95)
Fundo de Reserva	-	-	55.544,12	(55.544,12)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(55.544,12)	(55.544,12)
Saldos em 31/12/2020	4.002.016,14		281.327,94	444.353,00	4.265.511,65
Mutação do Semestre	148.854,94		55.544,12	242.481,24	(15.305,13)
Saldos em 01/07/2021	4.139.401,95		281.327,94	193.135,16	4.613.865,05
Integralização de Capital	328.932,52	-	-		328.932,52
Devolução de Capital	(71.031,08)	-	-		(71.031,08)
Incorporação de Juros ao Capital	175.628,79	-	-		175.628,79
Transferências Entre Contas	(183.936,39)	-	-		(183.936,39)
Sobras do Semestre	-	-	-	159.402,47	159.402,47
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(178.308,94)	(178.308,94)
Fundo de Reserva	-	-	17.422,87	(17.422,87)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(17.422,87)	(17.422,87)
Saldos em 31/12/2021	4.388.995,79		298.750,81	139.382,95	4.827.129,55
Mutação do Semestre	249.593,84		17.422,87	(53.752,21)	213.264,50

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Rubens Antonio dos Santos
Diretor Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010.037/O-4

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO -
CREFEDERAL
CNPJ: 02.083.914/0001-99**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e para os Semestres Findos em
31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

	<u>2º semestre/21</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>2º semestre/20</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Sobras ou (Perdas) dos Semestres/Exercícios	159.402,47	352.537,63	462.185,43	664.057,19
Ajustes				
Juros ao capital	(178.308,94)	(178.308,94)	(108.615,95)	(108.615,95)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	73.663,22	74.889,24	(49.367,49)	54.076,76
Depreciações e Amortizações	4.046,12	8.103,80	3.773,52	6.209,88
Sobras ou (Perdas) dos Semestres/Exercícios Ajustados	58.802,87	257.221,73	307.975,51	615.727,88
(Aumento)/Diminuição em Ativos Operacionais				
Operações de Crédito	638.659,35	77.037,12	(339.676,40)	(1.193.963,25)
Outros Créditos	19.764,92	(91,89)	271.122,14	267.522,33
Outros Valores e Bens	2.381,14	(1.750,00)	3.633,39	750,00
Aumento/(Diminuição) em Passivos Operacionais				
Depósitos	302.582,71	758.490,14	518.185,81	1.176.161,41
Obrigações por Empréstimos	(150,00)	-	-	-
Outras Obrigações	8.555,28	(109.982,59)	(112.530,16)	(428.312,86)
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operações	1.030.596,27	980.924,51	648.710,29	437.885,51
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Inversão do Imobilizado de Uso	-	-	(15.235,00)	(15.235,00)
Alienação do Intangível	-	-	(3.115,00)	(3.115,00)
Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	-	-	(18.350,00)	(18.350,00)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Capital Social	249.593,84	386.979,65	148.854,94	414.853,60
Transferência Conforme AGO	-	(444.353,00)	-	(363.831,13)
Transferência de Saldo de Ex-Associados	-	-	-	8.965,57
Constituição do FATES	(17.422,87)	(17.422,87)	(55.544,12)	(55.544,12)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	232.170,97	(74.796,22)	93.310,82	4.443,92
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa	1.262.767,24	906.128,29	723.671,11	423.979,43
No Início do Período	2.480.039,75	2.836.678,70	2.113.007,59	2.412.699,27
No Fim do Período	3.742.806,99	3.742.806,99	2.836.678,70	2.836.678,70
Variação Líquida das Disponibilidades	1.262.767,24	906.128,29	723.671,11	423.979,43

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Rubens Antonio dos Santos
Diretor Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010.037/O-4

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPIRITOSANTO - CREFEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISEM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO - CREFEDERAL** é uma cooperativa de crédito singular fundada em 10 de setembro de 1996. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Lei, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **CREFEDERAL** é uma sociedade cooperativa de crédito mútuo sem fins lucrativos, integrante do sistema financeiro nacional e tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado de crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (iv) Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Em maio de 2020 foi emitida a Resolução do CMN nº 4.818/2020, consolidando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras a ser implantada a partir de 01 de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

Tendo em vista o estado de calamidade decretado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, onde foi necessário a adoção de protocolos de segurança visando o processo de contágio e por consequência promover a diminuição dos casos de COVID-19 apresentados, a Administração da COOPERATIVA avaliou a capacidade da instituição de continuar operando diante desse novo cenário.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas no Banco Cooperativo do Brasil – Bancoop e na Central das Cooperativas de Créditos Mútuo do Estado do Espírito Santo – CECREST.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A

amortização é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	15.272,10	20.011,53
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.727.534,89	2.816.667,17
TOTAL	3.742.806,99	2.836.678,70

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	40.000,00	-	10.000,00	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa (b)	3.688.153,27	-	2.807.279,30	-
Total da Carteira Própria	3.728.153,27	-	2.817.279,30	-

(-) Provisão por desvalorização (c)	(618,38)	-	(612,13)	-
Total	3.727.534,89	-	2.816.667,17	-

- (a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente a aplicações mantidas junto ao Banco do Brasil em Títulos de Capitalização;
- (b) Compõem o saldo de Cotas de Fundos de Renda Fixas as seguintes modalidades de aplicações do Banco do Brasil: BB Curto Prazo 50 Mil R\$ 1.149.871,99; XP: Fundo de Renda Fixa Pós – Fixado R\$ 1.444.246,84 e XP: Aplicação NTN-B R\$ 1.094.034,44.
- (c) A provisão refere – se a desvalorização da aplicação em Títulos de Renda Fixa relativo ao Título de Capitalização.

6. Operações de crédito

- a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	2.995.808,15	7.693.192,77	10.689.000,92	10.766.038,04
(-) Prov. para Operações de Crédito	(108.554,19)	(183.915,52)	(292.469,71)	(217.580,47)
TOTAL	2.887.253,96	7.509.277,25	10.396.531,21	10.548.457,57

- b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2021	Provisões em 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões em 31/12/2020
A	0,5%	Normal	9.135.422,17	(45.677,13)	5.191.428,40	(25.957,10)
A	0,5%	Vencidas	660,70	(3,30)	-	-
B	1%	Normal	972.824,24	(9.728,24)	4.051.138,06	(40.511,38)
B	1%	Vencidas	192.647,57	(1.926,48)	183.317,81	(1.833,18)
C	3%	Normal	-	-	573.917,95	(17.217,54)
C	3%	Vencidas	-	-	147.103,91	(4.413,12)
D	10%	Normal	-	-	360.466,18	(36.046,62)
D	10%	Vencidas	41.635,99	-	83.875,58	(8.387,56)
E	30%	Normal	138.776,62	-	36.602,35	(10.980,71)
E	30%	Vencidas	-	-	2.150,53	(645,16)
F	50%	Normal	-	-	116.247,53	(58.123,77)
F	50%	Vencidas	-	-	12.650,78	(6.325,39)
G	70%	Vencidas	58.985,52	(41.289,86)	-	-
H	100%	Vencidas	148.048,11	(148.048,11)	7.138,96	(7.138,96)
Total Normal			10.247.023,03	(97.038,36)	10.329.800,47	(188.837,11)
Total Vencidas			441.977,89	(195.431,35)	436.237,57	(28.743,36)
Total Geral			10.689.000,92	(292.469,71)	10.766.038,04	(217.580,47)
Provisões			(292.469,71)		(217.580,47)	
Total Líquido			10.396.531,21		10.548.457,57	

- c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.023.456,37	1.972.351,78	7.693.192,77	10.689.000,92
TOTAL	1.023.456,37	1.972.351,78	7.693.192,77	10.689.000,92

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do Período	217.580,47	163.503,71
Constituições/Reversões no Período	81.937,37	119.427,57
Transparência para Prejuízo	(7.048,13)	(65.350,81)
TOTAL	292.469,71	217.580,47

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	270.769,58	2,53%	257.911,82	2,40%
10 Maiores Devedores	2.369.112,27	22,16%	2.382.456,28	22,13%
50 Maiores Devedores	7.717.290,65	72,20%	7.403.451,50	68,77%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do Período	333.059,24	271.105,89
Recuperação/Recebimento no Exercício	(6.429,32)	(3.577,46)
Transferência para Crédito em Liquidação	7.048,13	65.530,81
TOTAL	333.678,05	333.059,24

g) As taxas de juros adotadas são compatíveis com o praticado no mercado financeiro e estão descritas na política de empréstimo.

Modalidade	parcela única (até 180 dias)	01 a 12 Parcelas	13 a 24 Parcelas	25 a 36 Parcelas	37 a 48 parcelas	49 a 60 parcelas	61 a 72 parcelas
Capital (até 50% do capital)	-	1,05%	1,10%	1,15%	1,20%	1,22%	1,24%
Consignado	-	1,05%	1,10%	1,15%	1,20%	1,22%	1,24%
Pessoal (conta pagamento Cooperativa)	-	2,10%	2,20%	2,30%	2,40%	2,44%	2,48%
Pessoal	-	3,00%	3,10%	3,20%	-	-	-
Aniversariante (até R\$50.000,00) [conta pagamento na Cooperativa]	-	1,05%	1,10%	-	-	-	-
Funeral / CredSaúde (conta pagamento Cooperativa)	-	1,05%	1,10%	-	-	-	-
Imposto de Renda (80 % do valor a ser restituído)	3,00 %	-	-	-	-	-	-
Cheque especial (aplicação acima de R\$30.000,00)	1,20 %	-	-	-	-	-	-
Cheque especial	4,00 %	-	-	-	-	-	-
13º Salário (conta pagamento Cooperativa)	3,00 %	-	-	-	-	-	-
Férias (conta pagamento Cooperativa)	3,00 %	-	-	-	-	-	-
Diárias (conta pagamento Cooperativa)	3,00 %	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a depositantes	8,00 %	-	-	-	-	-	-

7. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
--	------------	------------

Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Diversos	87.436,53	201.007,11	88.204,58	200.147,17
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	8.706,23	-	8.140,28	-
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	156.007,11	-	155.147,17
Impostos e contribuições a compensar (c)	77.715,25	-	65.125,59	-
Pagamentos a Ressarcir (d)	-	45.000,00	-	45.000,00
Devedores diversos – país (e)	1.015,05	-	14.938,71	-
(-) Provisões para outros créditos	-	(45.000,00)	-	(45.000,00)
(-) Com características de concessão de crédito (f)	-	(45.000,00)	-	(45.000,00)
TOTAL	87.436,53	156.007,11	88.204,58	155.147,17

- a) Refere – se a adiantamento de férias de funcionários;
- b) Registra – se Depósitos Judiciais sobre PIS/COFINS/IRPJ/CSLL sobre Atos Não Cooperativos;
- c) Refere-se a valores apurados de IRPJ e CSLL a maior e recolhidos indevidamente e que serão compensados nos recolhimentos futuros;
- d) Refere-se ao valor referente sala CECREST;
- e) Refere – se de valores decorrentes de descontos em folha de pagamentos dos associados, a serem repassados pela empresa empregadora;
- f) Provisão para perda do valor referente de sala CECREST.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas antecipadas (a)	1.750,00	-	-	-
TOTAL	1.750,00	-	-	-

- (a) Refere – se a valores antecipados do contrato de aluguel.

9. Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos	15.257,04	15.257,04
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito (a)	500,00	500,00
Outras Participações (b)	14.757,04	14.757,04
(-) Provisão de Perdas	(14.757,04)	(14.757,04)
(-) Provisão para Perdas em Ações e Cotas (c)	(14.757,04)	(14.757,04)
TOTAL	500,00	500,00

- a) Refere – se a cotas adquiridas no BANCOOB;
- b) Refere – se ao valor registrado em participação junto a antiga Central, CECREST;

c) Refere – se a provisão de 100% de perdas da participação junto ao CECREST.

10. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	Aquisição	Baixa	31/12/2021
Edificações	4%	16.948,45	-	-	16.948,45
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	28.940,96	-	-	28.940,96
Sistema de Proc. de Dados	20%	39.941,67	-	-	39.941,67
Total do Imobilizado de Uso		85.831,08	-	-	85.831,08
(-) Total Depreciação Acumulada		(45.541,19)	(7.480,76)	-	(53.021,95)
TOTAL		40.289,89	(7.480,76)	-	32.809,13

11. Intangível

Descrição	Taxa Intangível	31/12/2020	Aquisição	Baixa	31/12/2021
Software	20%	3.115,00	-	-	3.115,00
(-) Total Amortização Acumulada		(259,60)	(623,04)	-	(882,64)
TOTAL		2.855,40	(623,04)	-	2.232,36

12. Depósitos a Vista

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito a Vista – PF (a)	567.939,47	355.185,27
Depósito a Vista – PJ (a)	142.680,33	110.384,38
TOTAL	710.619,80	465.569,65

(a) São compostos por valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

13. Depósitos a Prazo

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a Prazo (a)	8.285.393,23	7.771.953,24
TOTAL	8.285.393,23	7.771.953,24

(a) São compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

As taxas aplicadas de captação de Depósitos a Prazo são:

MODALIDADES	PRAZOS	REND. BRUTO	IRRF	REND. LÍQUIDO
Depósito a prazo	30 a 180 dias	0,65%	22,50 %	0,50%
Depósito a prazo	181 a 360 dias	0,75%	20,00 %	0,60%
Depósito a prazo	361 a 720 dias	0,85%	17,50 %	0,70%

Depósito a prazo	Acima de 720 dias	0,95%	15,00 %	0,81%
------------------	-------------------	-------	---------	-------

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN 4.933/21. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

14. Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobr. e Arrecad. de Tributos e Assemelhados (a)	8.107,80	-	6.308,69	-
TOTAL	8.107,80	-	6.308,69	-

a) Refere-se aos valores de IOF retido de operações de créditos a serem pagos em janeiro de 2022.

15. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	104.553,07	-	99.624,01	-
Resultado de Atos com não Associados (a)	11.466,50	-	11.816,50	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	151.364,67	-	176.864,50	-
TOTAL	267.384,24	-	288.305,01	-

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Resolução CMN nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971;

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados até 31 de dezembro de 2021.

16. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contr. s/ Serviços de Terceiros (a)	885,60	-	295,20	-
Impostos e Contr. s/ Salários (b)	14.272,96	-	16.073,57	-
Outros (c)	4.792,88	-	3.080,07	-
TOTAL	19.951,44	-	19.448,84	-

- a) Impostos e contribuições incidentes sobre serviços prestados à Cooperativa;
- b) Impostos e contribuições incidentes sobre a folha de salários, descontados dos funcionários, bem como, de responsabilidade do empregador;
- c) Outros impostos e contribuições a recolher incidentes sobre as receitas de atos não cooperativos de COFINS e PIS, Imposto de Renda sobre aplicações e Imposto de Renda sobre Juros ao Capital;

17. Diversas

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Pag. de Despesas com Pessoal (a)	39.472,79	-	35.103,06	-
Provisão para Pagamentos de Outras Despesas	-	-	43.131,83	-
Provisão para Contingências (b)	-	160.133,23	-	154.338,12
Credores Diversos – País (c)	101.881,25	-	160.277,79	-
TOTAL	141.354,04	160.133,23	238.512,68	154.338,12

- a) Referem – se à provisão para pagamento de despesas com pessoal compreendendo provisão de férias e encargos sociais;
- b) Encontra-se registrado na Conta Provisão para Contingências, o valor para garantir ação judicial contestando a incidência de IRPJ, CSLL, COFINS e PIS sobre resultado e receitas de atos não cooperativos;
- c) Compõem o saldo desta conta os seguintes valores: Seguros R\$ 101.780,84 e Débito de Depósitos a Vista a Pagar R\$ 100,41.

18. Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	4.388.995,79	4.002.016,14
Associados	417	413

19. Reserva de Sobras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Legal (a)	298.750,81	281.327,94
Total	298.750,81	281.327,94

- a) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Sendo destinado R\$ 17.422,87 (55.554,12 em 2020).

20.Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Resolução CMN nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

a) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
(=) Sobras Brutas do Exercício	352.537,63	664.057,19
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(178.308,94)	(108.615,95)
(=) Resultado do Ato Cooperativo	174.228,69	555.441,24
(-) Destinação à Reserva Legal - 10% conforme Estatuto	(17.422,87)	(55.544,12)
(-) Destinação ao FATES - 10% conforme Estatuto	(17.422,87)	(55.544,12)
(=) Sobras Líquidas à Disposição da Assembleia Geral	139.382,95	444.352,99

21.Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2021**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 178.308,94 (R\$108.615,95 em 2020), limitado a taxa da variação da SELIC.

22.Contingências Passivas

Segundo informações da administração da Cooperativa, não existem ações judiciais movidas contra a cooperativa, portanto sem necessidade de provisão.

23.Receitas de Operações de Créditos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamento a Depositantes	13.813,50	19.524,29
Rendas de Empréstimos – Cheque Especial	49.219,22	60.207,81
Rendas de Empréstimos	1.534.472,42	1.571.591,59
Rendas de Empréstimos – Juros e Mora	7.155,13	4.310,75
Recuperação de Adiantamento a Depositantes	1.484,15	458,40
Recuperação de Empréstimos	4.945,17	2.939,06
TOTAL	1.611.089,59	1.659.031,90

24.Resultado de Operações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações em Fundos	124.625,95	49.014,11

Rendas de Título de Capitalização	2.595,14	545,39
(-) Perdas de Título de Capitalização	(2.601,39)	-
TOTAL	124.619,70	49.559,50

25.Receitas de Operações com Captação no Mercado

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesa de Captação	363.853,57	352.695,91
Despesa com Contribuição ao Fundo	11.905,59	11.460,73
TOTAL	375.759,16	364.156,34

26.Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Reversão de Operações de Créditos	203.566,81	482.689,33
Provisão de Operações de Créditos	(285.504,18)	(602.116,90)
TOTAL	(81.937,37)	(119.42757)

27.Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Taxas de Serviços Diversos	1.490,00	6.698,42
TOTAL	1.490,00	6.698,42

28.Rendas de Tarifa Bancária

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Contra - Ordem, Oposição e Sustação de Cheques	74,00	-
Concessão de Adiantamento a Depositante	109,31	182,86
TOTAL	183,31	182,86

29.Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários	61.776,51	95.452,20
Despesas de Pessoal – Benefícios	130.476,99	133.651,62
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	96.794,22	81.091,71
Despesas de Pessoal – Proventos	221.675,06	189.600,97
TOTAL	510.712,88	499.796,50

30.Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Aluguéis	95.088,01	24.642,78
Despesas de Comunicações	6.352,87	8.532,66
Despesas do Material	2.892,33	1.598,26
Despesas de Processamento de Dados	61.795,45	48.269,90
Despesas de Promoções a Relações	1.500,00	1.042,91
Despesas de Publicações	850,00	601,20
Despesas de Serviços do Sistema	108.745,65	113.693,10
Despesas de Serviços de Terceiros	4.540,22	5.948,48

Despesas de Serviços Técnicos	76.831,48	104.066,99
Despesas de Transportes	13.144,44	5.819,64
Outras Despesas Administrativas	33.678,86	31.155,96
Despesas de Amortização	623,04	259,60
Despesas de Depreciação	7.480,76	5.950,28
TOTAL	413.523,11	351.581,76

31.Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributos Municipais	-	395,62
Tributos Estaduais	1.633,86	-
Tributos Federais	281,96	23,80
COFINS	5.075,35	2.083,47
PIS – Folha de Pagamento	2.216,73	1.896,01
PIS – Receitas de Atos não Cooperativos	975,51	338,56
TOTAL	10.183,41	4.737,46

32.Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Outras Despesas	9.870,20	-
Outras	-	285.246,13
Receitas Diversas	235,45	1.851,05
Outras Rendas Operacionais	-	2.948,21
TOTAL	10.105,65	290.045,39

33.Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Desconto Concedido	7.121,14	7.336,18
Diversas	1.203,55	-
Outras	-	498,04
TOTAL	8.324,69	7.834,22

34.Resultado Não Operacional

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas não Operacionais	5.500,00	6.072,97
Resultado Líquido	5.500,00	6.072,97

35.Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são os Diretores, Conselheiros e Pessoas Chaves da Administração que são pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador executivo ou outro dessa entidade).

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são a consignação em folha e o capital do associado.

a) Montante das Operações de Crédito – Saldo Devedor em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	Valor em 31/12/2021	% em relação a Carteira Total	Valor em 31/12/2020	% em relação a Carteira Total
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	531.823,03	4,98%	374.540,93	3,48%
Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	128.719,57	1,20%	149.109,05	1,38%
Familiares	9.379,55	0,09%	20.313,38	0,19%

b) Montante das Operações de Crédito – Provisões para Risco em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	Valor em 31/12/2021	% em relação a Carteira Total	Valor em 31/12/2020	% em relação a Carteira Total
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	2.830,46	0,97%	2.490,71	1,14%
Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	643,60	0,22%	1.261,13	0,58%
Familiares	93,79	0,03%	203,13	0,09%

c) Saldo de Depósitos a Vista e a Prazo em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	Valor em 31/12/2021	% em relação a Carteira Total	Valor em 31/12/2020	% em relação a Carteira Total
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	402.841,28	4,48%	613.986,58	7,45%
Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	146.312,27	1,63%	146.312,27	1,78%
Familiares	447.536,67	4,97%	491.984,58	5,97%

d) Saldo de Cotas de Capital em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	Valor em 31/12/2021	% em relação a Carteira Total	Valor em 31/12/2020	% em relação a Carteira Total
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	256.402,02	5,84%	248.599,69	6,21%

Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	14.553,72	0,33%	16.238,73	0,41%
Familiares	87.723,34	2,00%	88.853,60	2,22%

e) Renunerações

Descrição	Valor em 31/12/2021	Valor em 31/12/2020
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	61.776,51	95.452,20

A Diretoria e Conselho Fiscal da Cooperativa são remuneradas para desempenhar suas atividades junto à Instituição. Cabe destacar que a Cooperativa efetua transações com as Empresas do Grupo relativo aos repasses de capital, empréstimos e liquidação de ex-associados e convênios, com descontos na folha de pagamento dos funcionários sem que as partes tenham vantagem financeiras.

36. Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos

Em atendimento a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e conforme faculta a Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco sócio ambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez.

A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

Vila Velha, ES 31 de dezembro de 2021.

Rubens Antonio dos Santos
Diretor Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010.037/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Senhores Administradores da
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO
ESPÍRITO SANTO – CREFEDERAL
Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato Vila Velha - ES
Cep. 29.114-105

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO – CREFEDERAL, doravante denominada Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO – CREFEDERAL, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Os valores correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos nas demonstrações financeiras da Cooperativa, foram por nós auditados, cujo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 29 de março de 2021 não continha ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais manter

em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 24 de março de 2022.

D´AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O



Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO

Nós, abaixo assinados, na condição de membros titulares do Conselho Fiscal da **CREDFEDERAL - Cooperativa de Crédito Mútuo dos Policiais Federais e Servidores da união no Espírito Santo**, e em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, afirmamos que examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais Demonstrativos Contábeis, normatizados pela legislação vigente, bem como o Relatório de Gestão alusivo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Como conclusão da análise, recomendamos, com base nas verificações periódicas e estatutárias e no relatório dos auditores independentes, a aprovação, **sem ressalvas**, dos referidos documentos e das contas.

Vila Velha/ES, 26 de abril de 2022

Paulo dos Santos
Conselheiro Fiscal

Mike Leitão Sanguinetti
Conselheiro Fiscal

Expedito Jorge Tavares de Souza
Conselheiro Fiscal